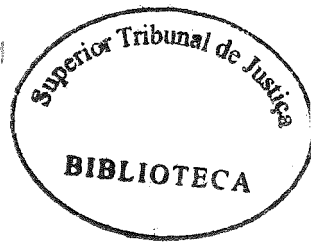


P
R Dir TJ/RJ
n. 100 ex. 2
Ed. comemorativa
2014



**REVISTA DE DIREITO
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA

Nº 100 - 2014

424538

AÇÕES DESPORTIVAS: COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA SEDE DA ENTIDADE NACIONAL ORGANIZADORA DE COMPETIÇÕES NACIONAIS OU INTERNACIONAIS

Escrito em homenagem à Ministra NANCY ANDRIGHI, referência nacional unânime, pelo ideal de Justiça, excelência jurisdicional, extrema operosidade e profunda sensibilidade humana – com imensa admiração e a mais afetuosa amizade.

SIDNEI BENETTI¹

1- A prática esportiva de âmbito nacional ou internacional implica organização complexa de entidades, atletas e participantes de várias espécies. O sistema de regramento das competições esportivas consta de regulamentos elaborados pela entidade organizadora em consonância com a voluntária adesão das entidades participantes, bem como, ainda, por intermédio delas, atletas e outros intervenientes. Daí se segue que as questões disciplinares esportivas “são resolvidas pelos órgãos internos dessas entidades, que aplicam as sanções de acordo com os seus regulamentos e em consonância com os procedimentos de apuração neles previstos”².

É certo que o Estado é o principal fomentador e, consequentemente, garantidor do Esporte³. Mas, porque as normas esportivas resultam de acordos entre os participantes, como preveem estes, “para o julgamento de fatos esportivos são em primeira linha competentes as normas das federações”⁴, via Justiça Desportiva marcadamente arbitral.

Daí não se segue, contudo, a exclusão do esporte da regência das leis gerais do Estado. Com efeito, “os esportes têm suas próprias regras internas do jogo, mas também são sujeitos a leis externas”⁵.

No Brasil a inter-relação entre a Justiça Desportiva e a Justiça Estatal é especialmente re-

1 Ministro Aposentado do Superior Tribunal de Justiça; Presidente Honorário da União Internacional de Magistrados – UIM (Roma); Doutor em Direito Processual pela Faculdade de Direito da USP; Professor Titular aposentado da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; Ex-Assistente Doutor Voluntário de Instituições Judiciárias e Prática Civil na Faculdade de Direito da USP-SP; Ex-Diretor Presidente da Escola Nacional da Magistratura-AMB.

2 MARTINHO NEVES MIRANDA, “O Direito no desporto”, Rio de Janeiro, *Lumen Juris*, 2007, p. 57-58.

3 PETER DANCKERT, em MARTIN NOLTE e JOHANNES HORST (Org.), “*Handbuch Sportrecht*”, Hofmann-Verlag, Schorndorf, 2009, p. 7.

4 JOCHEN TYROLT, “*Sportschiedsgerihtbarkeit und zwingendesstaatlichesRecht*”, Baden-Baden, Nomos Verlagsgesellschaft, 2007, p. 23.

5 ROGER I. ABRAMS, “*Sports Justice*”, Boston, Northeastern University Press, P. 13.

grada pela Constituição Federal (CF, art. 217, §1º e 2º)⁶. Trata-se de necessária norma de equilíbrio entre o princípio do acesso à Justiça estatal, via inafastabilidade da tutela jurisdicional (CF, art. 5º, XXXV), e a garantia de atuação independente da Justiça Desportiva.

“ Efetivamente, a judicialização desportiva deve ser evitada, em prol da própria sobrevivência das competições esportivas”

Assim, assegurada a atuação da Justiça Desportiva, nos termos constitucionais, é possível ocorrer a invocação da Justiça Estatal comum, mediante a submissão da controvérsia originada do esporte. Daí a importância de visualizar-se claramente o Juízo competente para a lide de origem esportiva. Esse Juízo deve definir-se clara, objetiva e incontrovertidamente, frisando-se a urgência ínsita ao julgamento, para que não se frustrem, por obstrução de pendências jurisdicionais, os próprios eventos esportivos, considerados individualmente ou no contexto de competições nacionais ou internacionais, em andamento ou em sucessão (como no caso de exclusões, mediante desclassificação por insuficiência de pontos, de participação em campeonatos futuros).

2 - Em competições esportivas de caráter nacional ou internacional, organizadas ou coordenadas por confederações esportivas de abrangência nacional, a invocação da Justiça Estatal, quando admitida, relativamente às lides propriamente esportivas, entre as quais as ocorrências em cada um dos eventos e também referentes à apuração de resultados parciais ou finais de certames, compete ao Juízo do foro do local em que situada a sede da confederação esportiva organizadora, afastando-se a incidência do permissivo processual de acionamento no foro da sede, domicílio ou residência de clubes, atletas, torcedores, ou quaisquer interessados – inclusive titulares de legitimidade processual para qualquer espécie de ação coletiva, como Associações e o próprio Ministério Público.

Se assim não for, estará aberta a porta para a judicialização multitudinária, disseminável por todo o território nacional, dada a pluralidade dos interessados, de todas as naturezas, no acionamento, e estará plantado o germe da obstrução de toda e qualquer competição esportiva por intermédio do bloqueio, via invocação jurisdicional de diferentes Juízos, com decisões naturalmente diversas à luz da liberdade jurisdicional.

Efetivamente, a judicialização desportiva deve ser evitada, em prol da própria sobrevivência das competições esportivas. Assinala-se que são várias as razões que recomendam a resolução extrajudicial dos conflitos em matéria desportiva, destacando-se: “- a jurisdição é lenta; - a jurisdição admite muitas instâncias e recursos; - a jurisdição não está especializada em matéria esportiva e não se prevê que vão existir tribunais especializados no desportivo”⁸.

6 CF, art. 217, § 1º - “O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei”; § 2º - “A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final”.

7 CF, art. 5º, XXXV - “A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

8 JOSÉ LUÍS CARRETERO LESTÓN, *Arbitraje desportivo*, em I Congresso de Direito do Desporto – Estoril, Outubro de 2004”, Memórias, Coord. RICARDO COSTA e NUNO BARBOSA, Coimbra, Almedina, 2005, p. 69

Em assunto de inexcédível relevo para toda e qualquer sociedade, como o esporte, dada a emoção e a paixão de que se impregna nos milênios de certames realizados pela humanidade, é essencial assegurar que a invocação da atividade jurisdicional estatal, largamente garantida pelo postulado constitucional do acesso à justiça (CF, art. 5º, XXXV), se efetive a intervenção jurisdicional estatal, de modo célere e efetivo. E, ainda, de forma firme, segura, por Juízo experiente no conhecimento das regras que cercam a modalidade esportiva. Esse Juízo, como é do senso comum, é o do local da sede da entidade esportiva nacional organizadora ou coorganizadora, com parceiros internacionais, do evento da modalidade esportiva. Magistrados e auxiliares desse Juízo efetivamente, dada a experiência na matéria esportiva, estarão, efetivamente, mais afeitos ao conhecimento e tratamento dos peculiares princípios e regras do Direito Esportivo – e dos princípios e regras da organização dos certames e das modalidades esportivas postas sob sua jurisdição, ante o fato objetivo da situação da sede da entidade organizadora. .

3- Princípios típicos do Direito Esportivo levam à necessidade de conhecimento do julgador, para a decisão de pronto, sem delongas, e uniforme, sem dispersão entre vários órgãos jurisdicionais. Fixada a regra de competência de foro em função do local da sede da entidade organizadora, à regra do acionamento no foro do domicílio do réu (CPC, art. 94), superada a relatividade da competência territorial pelo interesse público estará fulminado o grassar de ações idênticas espalhadas por todo o território nacional, as quais inviabilizariam o desenvolvimento de qualquer campeonato esportivo.

Na matéria esportiva não podem excepcionar-se nem mesmo as ações coletivas, inclusive a Ação Civil Pública, à alegação fundada no âmbito de abrangência do comando jurisdicional coletivo destas, porque, a rigor, em sistema processual que não exclusiviza a *class action* de modo a firmar litispendência para outras idênticas que se ajuízem nos mais dispares rincões do território nacional, poderiam estas constituir-se em fator de dispersão jurisdicional em vez de aglutinação. Por isso, também elas devem ser abrangidas pela regra do foro da sede da entidade organizadora de campeonatos esportivos nacionais, pena de permitir-se o mesmo deflagrar de Ações Cíveis Públicas em série⁹, cujos comandos jurisdicionais mutuamente se guerrearão, produzindo, quanto à organização e desenvolvimento do evento esportivo, efeito dispersivo e eternizador da lide – em tudo idêntico ao do grassar de ações individuais. O próprio estremar-se dos institutos da conexão e continência cede, nesse contexto, à necessidade de aglutinar os processos que, individual ou coletivamente, contenham o mesmo núcleo de lide¹⁰.

Tratando-se, as organizações nacionais esportivas, de entidades de Direito Privado, competente é a Justiça Estadual – arredando-se, de pronto, a submissão à Justiça Federal, cuja atuação

9 No caso de ações de indenização por perdas econômicas em cadernetas de poupança em decorrência dos Planos Econômicos Bresser, Verão, Collor I e Collor II somaram-se mais de 2.500 Ações Cíveis Públicas – o que demonstra a grave crise da Ação Coletiva no país. A Ação Civil Pública, que surgiu para aglutinar em único julgamento o deslinde de questões individuais multitudinárias, terminou também ela própria tornando-se multitudinária e espalhada por todo o território nacional!

10 Em sentido diverso, contudo, registre-se escrito de peso da lavra do Professor RODOLFO DE CAMARGO MANCUSO, a quem se vota a maior admiração pessoal (**A imbricação entre Justiça desportiva e Justiça estatal – O caso da Associação Portuguesa de Desportos no Campeonato Brasileiro de Futebol de 2013: contribuição para o deslinde técnico-jurídico da controvérsia**, em RT 944 (junho-2014), p. 39-78.

bem deve reservar-se para outras consequências, acionáveis em processos próprios, que não as do próprio desenvolvimento do evento esportivo.

E a voluntariedade do acionamento via Juizados Especiais Cíveis do mesmo modo cede ante o interesse público na viabilização do campeonato esportivo.

Além disso, o poder cautelar geral, ínsito a toda atividade jurisdicional, incide fortemente no caso de acionamentos no decorrer de campeonatos esportivos, de modo que a decisão, forte no núcleo material objetivo da lide, ultrapassa a subjetividade das partes, eventualmente numerosas, que a tenham trazido, ou possam vir a trazer, ao Juízo – donde o efeito geral a todos os eventuais interessados já os atingir, inclusive quanto a eventuais pretensões de acionamento futuro, asseguradas, se for o caso, as intervenções como assistentes ou *amicus curiae*.

4 - Toda a matéria de competência foi recentemente submetida à jurisdição do Superior Tribunal de Justiça, em três Conflitos de Competência, que envolveram a Confederação Brasileira de Futebol, Clubes participantes do Campeonato Brasileiro de 2013, torcedores sob invocação do Estatuto do Torcedor e outros interessados.

Examinaram-se, evidentemente, apenas as matérias relativas aos Conflitos de Competência quanto aos Juízos estatais acionados. Não se ingressou, nem de longe, no âmago da questão, consistente na decretação da perda de quatro pontos pelo clube envolvido, em virtude de escalção de atleta anteriormente expulso. O atingimento, ou não, dessa matéria, restou reservado ao Juízo declarado competente, não se olvidando, ademais, que alegações de erro em julgamentos de árbitros e tribunais esportivos constitui matéria complexa, dadas as peculiaridades dos princípios e normas do Direito Desportivo – principalmente à necessária consideração da boa ou má-fé na realização de julgamento errado, como correntio relativamente ao primeiro julgador esportivo, que é o árbitro de campo¹¹.

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça determinou a submissão de todos os processos já existentes, disseminados por jurisdições diversas, inclusive distantes no território nacional, bem como, ainda, sob o fundamento do poder jurisdicional de cautela, a todos os eventuais acionamentos futuros – na Justiça Estatal comum, nos Juizados Especiais Cíveis e na própria Justiça Federal.

A competência foi atribuída ao Juízo da Vara Regional do local da sede da Confederação Brasileira de Desportos, perante o qual foi protocolada a primeira ação relativa ao núcleo da lide, retroagindo à data da citação (menos segura, porque sujeita a várias vicissitudes de retardamento), à data de protocolamento (absolutamente objetiva, clara e imune a retardamento devido a circunstâncias processuais).

O número de suscitados e as naturezas diversas de que se revestiram, dá bem a mostra de que, não houvesse a determinação da competência do Juízo do local em que sediada a confederação Brasileira de Desportos – território Regional da Barra da Tijuca, Capital do Rio de Janeiro

11 Com profundidade e riqueza de detalhes, destaque-se HORST HILPERT, “*Die Fehl-Entscheidungender Fussbalschiedsrichter*”, Berlin/New York, Walter de Gruyter, 2010.

nos Conflitos de Competência nº. 132.402/SP, 132.438/RJ e 133.244/RJ, conquanto diferindo no tocante a acidentalidades, jamais se chegaria a um julgamento célere e efetivo.

O núcleo das matérias de importância foi o mesmo, com a mesma conclusão, nos três Conflitos de Competência, relativos a ações movidas em várias dezenas de Juízos Cíveis, Juizados Especiais e Varas Federais de todo o território nacional (inclusive em Comarcas tão diversas como Guarulhos, São Caetano do Sul, Diadema, Limeira, Mairinque, São Bernardo do Campo, Porto alegre, Aparecida de Goiânia, Fortaleza, Niterói, Petrópolis, Brasília, Samambaia, Mantena, Uberlândia, Belo Horizonte, Salvador), envolvendo, como interessados, inclusive Associações de Defesa de Consumidores.

A Ementa explicativa dos julgados, idêntica nos três Conflitos de Competência (CC n. 132.402/SP, 132.438/RJ e 133.244/RJ, Rel. SIDNEI BENETI, 2ª Seção, unânime, 11.6.2014), foi a seguinte:

EMENTA

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA – PROCESSOS VÁRIOS AJUIZADOS EM JUÍZOS E JUIZADOS ESPECIAIS DIVERSOS, EM DIFERENTES FOROS DO TERRITÓRIO NACIONAL, POR TORCEDORES, CLUBE OU ENTIDADES E INSTITUIÇÕES DIVERSAS, CENTRADAS NO MESMO LITÍGIO, A RESPEITO DA VALIDADE DE ACÓRDÃO PROFERIDO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA – STJD – COM CONSEQUÊNCIAS DIRETAS SOBRE CAMPEONATO ESPORTIVO DE CARÁTER NACIONAL, ORGANIZADO PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL – DECISÕES COLIDENTES QUANTO A LIMINARES - MATÉRIA DE ABRANGÊNCIA NACIONAL - CONEXÃO EVIDENTE ENTRE AS AÇÕES CONTIDAS NOS DIVERSOS PROCESSOS – COMPETÊNCIA DO FORO DO LOCAL EM QUE SITUADA A SEDE DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA ANTE A PREVALÊNCIA, DE ORDEM PÚBLICA DEVIDO AO CARÁTER NACIONAL, DO FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU – PREVENÇÃO DA VARA EM QUE AJUIZADO O PRIMEIRO PROCESSO – EFEITOS DA CITAÇÃO QUE RETROAGEM À DATA DA DISTRIBUIÇÃO DO PROCESSO – COMPETÊNCIA DE JUIZADO ESPECIAL DO TORCEDOR AFASTADA - CONFLITO DE COMPETÊNCIA ACOLHIDO, PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL (entenda-se da BARRA DA TIJUCA) DO RIO DE JANEIRO - RJ.

1.- É competente o Juízo do local em que situada a sede da entidade organizadora de campeonato esportivo de caráter nacional para todos os processos de ações ajuizadas em vários Juízos e Juizados Especiais, situados em lugares diversos do país, questionando a mesma matéria central, relativa à validade e à execução de decisões da Justiça Desportiva, visto que a entidade esportiva de caráter nacional, responsável, individual ou conjuntamente com quaisquer outras entidades, pela organização (no caso, a CBF), deve,

necessariamente, inclusive por decisão de ofício, integrar o polo passivo das demandas, sob pena de ela não vir a ser atingida pelos efeitos subjetivos da coisa julgada, e de tornar-se o julgado desprovido de efetividade.

2.- No caso, considerando-se que a CBF é parte necessária nos processos em que se questionam decisões da Justiça Desportiva, por ela organizada, devem eles ser propostos no foro “onde está a sede” daquela pessoa jurídica (CPC, art. 100, IV, “a”), e sua sede situa-se no âmbito geográfico da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro e, na divisão judiciária desta, no Foro Regional da Barra da Tijuca.

3.- Constitui matéria de interesse público, ante a necessidade de evitar a dispersão jurisdicional, que atrasaria a prestação jurisdicional e criaria insegurança jurídica, devido à possibilidade de decisões contraditórias, a determinação da competência de Juízo único para ajuizamentos plúrimos de processos por torcedores, clubes, entidades e instituições, inclusive o Ministério Público e a Defensoria Pública, de forma pulverizada, em todo o território nacional.

4.- A fixação do Juízo territorialmente competente dá-se pelo critério do foro do local da sede da entidade nacional ré, organizadora, individual ou em conjunto com outras entidades, a qual deve necessariamente ser acionada, foro esse decorrente da previsão do artigo 94 do Código de Processo Civil, para todas as ações relativas a julgamentos por órgãos da Justiça Desportiva, referentes a certames de caráter nacional por ela promovidos, determinando-se, por isso, a competência do Juízo do local da sede dessa entidade, ou seja, da Distrital da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, entre cujas varas determina-se a competência, por prevenção, pela data da distribuição, a que retroage a data da citação.

5.- Afasta-se a competência de outros Juízos e Juizados Especiais Cíveis, inclusive do Juizado do Torcedor, Adjunto à 2ª Vara da Regional da Ilha do Governador – RJ (Resolução TJRJ-OE 20;21).

6.- Os artigos 3º da Lei nº 10.671/03 (Estatuto do Torcedor) e 101, I, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) não prevalecem como fundamento para o ajuizamento pelo torcedor, em seu próprio domicílio, de ação judicial questionando a validade de decisões proferidas pela Justiça Desportiva, órgão da Confederação Brasileira de Desportos – CBF - cuja sede se situa na Cidade do Rio de Janeiro, na área geográfica do Foro da Barra da Tijuca.

7.- No caso, entre as Varas do Foro da Barra da Tijuca, tem-se por certo que a primeira distribuição ocorreu perante a 2ª Vara Cível, que, por isso, resulta preventiva para os demais acionamentos (CPC, art. 106).

8.- Conflito acolhido para declarar a competência do Juízo da 2ª Vara Cível do Foro Regional da Barra da Tijuca, ao qual devem incontinenter ser enviados os processos, excetuada a hipótese de extinção, estendendo-se o julgamento do presente Conflito a todas as ações sobre a matéria, ajuizadas ou que o venham a ser, nos diversos Juízos e Juizados Especiais, da Justiça Estadual ou Federal no país.

5 - Os certames esportivos observam em todo o mundo sistema piramidal de solução de controvérsias, de modelo arbitral, iniciando-se os julgamentos pela atividade dos árbitros em campo, de cada competição, cabendo recurso para as Comissões e Tribunais de cada modalidade e podendo o caso alçar aos tribunais da Justiça Desportiva Internacional.

Instituída em modelo arbitral, mediante a adesão dos clubes, atletas e demais intervenientes, ao Estatuto de Regência dos mais diversos certames, as lides desportivas sujeitam-se precipuamente ao julgamento dos Tribunais Desportivos.

6- No Brasil, tendo o princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional alçado à condição de preceito constitucional (CF, art. 5º, XXXV), regra especial expressa da Constituição Federal (CF, art. 217, §§1º e 2º¹²) estabelece a prévia submissão à Justiça Desportiva como pressuposto processual objetivo extrínseco à relação jurídica processual, que deve ser cumprido antes da judicialização perante a Justiça Estatal¹³.

Como se vê, sobra pouco espaço para a judicialização direta do fato propriamente desportivo. Por isso, da maior relevância que o Juízo estatal competente para a intervenção na matéria esportiva relativa à modalidade em causa seja claramente determinado pelo sistema processual comum, de maneira que o Magistrado incumbido da jurisdição na área da sede da entidade organizadora ou co-organizadora (principalmente na hipótese de evento internacional) ao assumir o cargo já se organize para o exercício da competência, especialmente dedicando-se ao estudo das peculiaridades do Direito Desportivo e ao domínio de precedentes e bibliografia referentes à matéria¹⁴.

7- Seria recomendável, aliás, em termos opinativos, que em tribunais compostos de várias Câmaras, o Regimento Interno especializasse uma das Câmaras para a matéria desportiva (ainda que em competência cumulativa com a matéria da própria competência, compensando-se os números de recursos acrescidos pela competência esportiva na distribuição individual aos seus

12 CF, art. 217, § 1º, já citado e transcrito.

13 O sistema, é bem sabido, remonta aos esforços de pioneiros do Direito Desportivo Nacional, destacando-se, por todos, o trabalho de ÁLVARO DE MELLO FILHO (v.g. **O Desporto na Nova Constituição**, Porto Alegre, Sérgio Fabris, 1990; **O Desporto na Ordem Jurídico-Constitucional Brasileira**, São Paulo, Malheiros, 1995).

14 Na já expressiva bibliografia nacional, destaquem-se, na atualidade, além dos citados no corpo do escrito: ALCÍRIO DARDEAU CARVALHO, **Comentários à Lei sobre desportos**, Rio de Janeiro, Destaque, 2000; RUBENS APPROBATO MACHADO e LUIZ GERALDO LANFREDI, Org., **Direito Desportivo Sistemático**, São Paulo, *Quartier Latin*; ÁLVARO MELO FILHO, **Nova Lei Pelé**, Rio de Janeiro, Maquinária Editora, 2011; FELIPE LEGRAZIE EZABELLA, **O Direito Desportivo e a Imagem do Atleta**, São Paulo, IOB Thompson, 2006; HÉLDER GONCALVES DIAS RODRIGUES, **A Responsabilidade Civil e Criminal nas Atividades Desportivas**, Campinas, ServAnda, Campinas, 2004 (MPI-HH, 28501:2); CARLOS MIGUEL CASTEX AIDAR (Org), **Direito Desportivo**, São Paulo, Ed. Mizuno, 2000; MARCÍLIO KRIEGER, **Lei Pelé e Legislação Desportiva Brasileira Anotadas**, Rio de Janeiro, Forense e *Gryphus*, 1999; ROBERTO JOANILHO MALDONADO, **Código Brasileiro de Justiça e disciplina Desportivas**, Curitiba, Juruá Editora, 2000; VALED PERRY, **Crônica de Uma Certa Lei do Desporto**, Rio de Janeiro, *Lumen Juris*, 1999; MANOEL GOMES TUBINO, **Quinhentos Anos de Legislação Esportiva Brasileira**, Rio de Janeiro, *shape*, 2002.

integrantes). Note-se bem: uma Câmara, apenas uma Câmara, jamais mais que uma – para evitar a concorrência de competências, que gera a divergência, a cizânia e a insegurança jurisdicionais para a sociedade. Assim é que se organizam as Cortes de tribunais exemplares – por exemplo, o equivalente alemão ao Superior Tribunal de Justiça Brasileiro¹⁵, impedindo, pela unicidade do órgão jurisdicional, o surgimento da praga da insegurança jurídica, decorrente da diversidade de julgamentos de matérias absolutamente idênticas, causa de justa perplexidade para os usuários do sistema de Justiça.

8- A determinação objetiva e concreta do Juízo competente previamente à lide originária do fato esportivo constitui fator decisivo para a eliminação da “histórica incerteza do direito sobre a tutela jurisdicional no esporte”¹⁶. A redução do campo da incerteza jurídica constitui missão relevante da jurisprudência na atualidade, especialmente para a tranquilização da ordem jurídica nacional em prol de toda a sociedade brasileira, inclusive no tocante ao fascinante mundo esportivo.

BIBLIOGRAFIA:

ALCÍRIO DARDEAU CARVALHO. **Comentários à Lei sobre Desportos**, Rio de Janeiro, Destaque, 2000;

ÁLVARO DE MELLO FILHO. **O Desporto na Nova Constituição**, Porto Alegre, Sérgio Fabris, 1990; **O Desporto na Ordem Jurídico-Constitucional Brasileira**, São Paulo, Malheiros, 1995.

ÁLVARO DE MELO FILHO. **Nova Lei Pelé**, Rio de Janeiro, Maquinária Editora, 2011;

CARLOS MIGUEL CASTEX AIDAR (Org). **Direito Desportivo**, São Paulo, Ed. Mizuno, 2000;

FELIPE LEGRAZIE EZABELLA. **O Direito Desportivo e a Imagem do Atleta**, São Paulo, IOB Thompson, 2006;

HÉLDER GONÇALVES DIAS RODRIGUES. **A Responsabilidade Civil e Criminal nas Atividades Desportivas**, Campinas, Servanda, Campinas, 2004 (MPI-HH, 28501:2);

HORST HILPERT. **Die Fehl-Entscheidungen der Fussbalschiedsrichter**, Berlin/New York, Walter de Gruyter, 2010;

JOCHEN TYROLT. **Sportschiedsgerithsbarkeit und zwingendesstaatlichesRecht**, Baden-Baden, Nomos Verlagsgesellschaft, 2007, p. 23.

15 O *Bundesgerichtshof* – BGH, situado em *Karlsruhe*, dividido em Senados, cada qual com competência específica, de modo que não há divergências, nem se ensejando a peregrinação dos recursos internos, entre suas unidades na interpretação dos temas jurídicos, tornando-se o julgamento imediatamente consistente para a sociedade.

16 ENRICO LUBRANO, “I rapporti tra ordinamento sportivo ed ordinamento statale nella loro attuale configurazione”, em “Lineamenti di diritto sportivo”, LEANDRO CANTAMESSA, GIOVANNI MARIA RICCIO e GIOVANNI SCHIANCALEPORE (Org.), Milano, Giuffrè Editore, 2008, p. 19.

JOSÉ LUÍS CARRETERO LESTÓN. **Arbitraje Desportivo**, em I Congresso de Direito do Desporto – Estoril, Outubro de 2004, Memórias, Coord. RICARDO COSTA e NUNO BARBVOSA, Coimbra, Almedina, 2005.

MANOEL GOMES TUBINO. **Quinhentos Anos de Legislação Esportiva Brasileira**, Rio de Janeiro, *shape*, 2002;

MARCÍLIO KRIEGER. **Lei Pelé e Legislação Desportiva Brasileira Anotadas**, Rio de Janeiro, Forense e *Gryphus*, 1999;

MARTINHO NEVES MIRANDA. **O Direito no Desporto**, Rio de Janeiro, *Lumen Juris*, 2007, pp. 57-58;

PETER DANCKERT, em MARTIN NOLTE e JOHANNES HORST (Org.), *HandbuchSportrecht*, Hofann-Verlag, Schorndorf, 2009, p 7;

ROBERTO JOANILHO MALDONADO. **Código Brasileiro de Justiça e Disciplina Desportivas**, Curitiba, Juruá Editora, 2000;

RODOLFO DE CAMARGO MANCUSO (“A Imbricação entre Justiça Desportiva e Justiça Estatal – O caso da Associação Portuguesa de Desportos no Campeonato Brasileiro de Futebol de 2013: Contribuição para o Deslinde Técnico-Jurídico da Controvérsia, em **RT** 944 (junho-2014), pp. 39-78;

ROGER I. ABRAMS, *Sports Justice*, Boston, Northeastern University Press, p. 13;

RUBENS APPROBATO MACHADO e LUIZ GERALDO LANFREDI, Org., **Direito Desportivo Sistemico**, São Paulo, *Quartier Latin*;

VALED PERRY, **Crônica de uma Certa Lei do Desporto**, Rio de Janeiro, *Lumen Juris*, 1999.